

RESISTÊNCIAS COLETIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 – UM ESTUDO DE CASOS JUNTO A UM SINDICATO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Alzira M. B. Guarany e Cibele da Silva Henriques

Introdução

O presente capítulo é parte de uma reflexão realizada a partir de uma pesquisa que objetivou identificar se houve e quais foram as formas e estratégias de resistência coletivas desenvolvidas pelos sindicatos, a partir das limitações e possibilidades postas pelo contexto pandêmico quando foram impedidos de utilizar suas estratégias clássicas presenciais de resistência coletiva pela adoção de medidas sanitárias.

Trata-se de uma pesquisa social de natureza qualitativa com ex-dirigentes de um sindicato de profissionais da educação superior pública que enfrentaram e tomaram decisões para manter o sindicato ativo e combativo nos piores meses da pandemia, entre os meses de março de 2020 e março de 2022, realizada a partir de um estudo de casos, que nos permite proceder inferências generalizantes a partir de um estudo particularizante (YIN, 2001).

Realizamos análise documental em fontes primárias e secundárias publicizadas na rede mundial de computadores, na qual lemos os jornais online disponibilizados, os boletins, assistimos as lives, os vídeos e verificamos todas as publicações contidas na página do sindicato e em suas redes sociais. Entrevistamos 6 dos seus dirigentes à época, indicados conforme a técnica da Bola de Neve (VINUTO, 2014). As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas abertas, organizado em 3 eixos: 1) Perfil social; 2) Perfil de militância no sindicato e por fim 3) Questões sobre a adoção de estratégias e formas de resistência pelo sindicato no período pandêmico. O material está sendo analisado a partir da análise temática (FEITOSA, 2011; MINAYO, 2014).

Partindo da aceção ampliada do conceito de saúde (ANAIS 8ª CONFERÊNCIA, 1987), na qual estão inclusos, entre outros pontos a alimentação, a renda, o transporte, o trabalho e o emprego, entendemos que a saúde do trabalhador e da trabalhadora atravessa as pautas sindicais e por isso resistir é fundamental para a luta, mas também sinal de saúde, pois ela não é um estado de equilíbrio que, se alcançado, pode se tornar permanente, mas um processo de conquista constante, conseguido a custa de lutas incessantes contra a ameaça da doença (CANGUILHEM, 1978).

A pesquisa desenvolvida também foi uma oportunidade de contribuição à realização da dialética do cotidiano pelos dirigentes, quando puderam romper com as características que naturalizam os fenômenos sociais vividos, relatar e nos distanciar do dele para qualificá-lo, superar sua heterogeneidade, romper com seu espontaneísmo, sua superficialidade extensiva e com sua imediatividade (HELLER, 1989), para percebermos o caminho entre o particular e o universal, e realizarmos a crítica a essa realidade. “Eu acho que agora eu falando com você, tá, eu estou repassando. É, acho que a gente não teve a dimensão do que nós fizemos, sabe? E foi muita coisa [...]” (Entrevistada 3).

Em março de 2020, depois de acompanhar um rápido e assustador aumento de pessoas com pneumonia sendo internadas e vindo a óbito, com números fora dos padrões

considerados aceitáveis, a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou a pandemia, assim como ainda fez indicações de diversas ações para evitar o contágio da população, entre elas que se tomassem medidas de isolamento e de distanciamento sociais. Essas prescrições alteraram inúmeras dinâmicas organizativas ao redor do planeta, inclusive as dos sindicatos que se viram impossibilitados de manter e utilizar estratégias e formas clássicas presenciais de se organizar, mobilizar, deliberar e se comunicar com sua base e com os trabalhadores em geral.

Dois anos depois desses primeiros momentos, em março de 2022, o contexto que já era delicado para a organização coletiva dos servidores em particular, ficou ainda mais tensionado a partir da determinação de que se desse o retorno imediato e integral ao trabalho presencial nas universidades federais. A agenda de lutas dos servidores da educação pública superior que já contava com enfrentamentos extra institucionais, como o combate à precarização da carreira e a mobilização por melhores salários, teve que incorporar pautas postas a partir da pandemia do covid-9, como exigência por equipamentos de proteção individual e coletiva, obras de readequação dos espaços de trabalho, além de ter que serem mais firme em cobranças para dar conta do quadro desolador da saúde mental e física dos trabalhadores em contendas intrainstitucionais.

O movimento organizado dos trabalhadores já enfrentava um cenário bastante desafiador, por questões internas e externas e ele, desde a assunção formal do neoliberalismo no Brasil (SANTANA e RAMALHO, 2003; GUARANY, 2016). Entretanto a pandemia do novo coronavírus exponenciou essas dificuldades. Nesse sentido, os aprendizados, as estratégias e ferramentas utilizadas por eles nesse momento tão delicado podem contribuir em duas direções para esse ator social: 1) sistematizar e fornecer os dados relativos às formas e estratégias de resistência coletiva utilizadas, de maneira a contribuir com o fortalecimento da luta dos trabalhadores, mais especificamente dos servidores públicos e 2) identificar e publicizar as formas de resistência coletiva a partir da reflexão crítica do vivido junto com os ex-dirigentes, de forma a romper com a espontaneidade própria do cotidiano (Heller, 1989:29) e desnaturalizar os processos sociais e as dificuldades impostas, especialmente para a resistência dos trabalhadores.

Trabalho, sindicatos e pandemia

O trabalho é ontológico e estruturante da dimensão humano-genérica (MARX, 2004), todavia a forma como ele se desenvolve nas sociedades capitalistas, especialmente nas periféricas e dependentes como no Brasil em tempos de ultraneoliberalismo, faz com que ele materialize e aprofunde ainda mais a violência em suas dimensões estruturais e conjunturais.

Os sindicatos surgem como sujeitos coletivos, em um momento histórico de superação da concorrência natural entre os homens (MARX e ENGELS, 2007), capazes de enfrentar e colocar limites aos ataques do capitalismo à vida e à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. Desde que se assumiu como classe para si, sua resistência coletiva e organizada se confrontou com a violência dos e nos espaços laborais e outras a que a ela se associam. É nessa arena a luta dos trabalhadores se encontra com o campo da saúde do trabalhador, pois sua saúde é a “[...] expressão, igualmente concreta, desta exploração” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p..23).

Desde a assunção forma do neoliberalismo no Brasil, que os sindicatos de uma maneira geral, enfrentam uma crise causada pela complexificação da classe que vive do trabalho em função das mudanças estruturais na esfera do trabalho, especialmente a partir do final dos anos 80, piorada com a Reforma Trabalhista de 2017 que interrompeu seu financiamento compulsório¹.

[...] o sindicalismo está abatido por diversos elementos externos e internos à sua estrutura, dentre eles a própria crise do trabalho, sua nova morfologia, a forma de organizar a produção, as dificuldades internas às organizações sindicais, bem como o ideário neoliberal investindo contra ele e contra qualquer forma de proteção ao trabalhador.” (GUARANY, 2016, p. 222)

Desde o final do primeiro trimestre de 2020 um panorama que beirava a distopia se abateu sobre o mundo, com efeitos muito mais nefastos em países de capitalismo periférico e dependente, como o Brasil. Especialmente sob a tutela de um governo de cariz conservador que estava na Presidência à época, que atacava os direitos humanos, negava a ciência e avançava sobre as conquistas dos trabalhadores e dos servidores públicos federais. Mesmo tendo que enfrentar o negacionismo deste (des)Governo, as autoridades sanitárias nacionais, aliadas aos movimentos sociais organizados, instituições públicas de ensino, políticos e parte da sociedade civil, conseguiram emitir por meses, indicações para que todos os cidadãos permanecessem em isolamento social, com exceção daqueles considerados essenciais², como os da saúde, por exemplo. As ruas ficaram desertas e as rotinas de trabalho e estudos foram afetadas, com reflexos na saúde e vida de milhões de pessoas, especialmente em um contexto de capitalismo ultraneoliberal, onde o desemprego estrutural promove a precarização das relações e condições de trabalho e de vida da maioria da população.



FOTO 1

(Fonte: G1 Rio, RJ, 2020)



FOTO 2

(Fonte: Brasil de Fato, RJ, 2020)

Os ataques aos trabalhadores em geral e aos servidores públicos em particular que já ocorriam desde a assunção formal do neoliberalismo no país, se intensificaram ainda mais, tornando imprescindível a atuação e o posicionamento dos sindicatos nesse momento. Mas como estabelecer e manter a resistência coletiva contra o capital e o Governo Federal diante das recomendações de isolamento social que dificultava e/ou impedia o uso das formas clássicas presenciais adotadas até então para protestos, mobilização, reunião e organização?

¹ Sabemos que a contribuição compulsória não é consenso dentro do próprio movimento sindical (ALVES, 2000).

² Com o passar do tempo essa categoria foi se ampliando a partir da necessidade que a sociedade foi apresentando, mas em um primeiro momento, nem os profissionais do transporte foram autorizados a deixar suas casas. As ruas ficaram vazias no mundo todo.

É precisamente na segunda década do século XXI, ao lado das grandes transformações do mundo do trabalho, que emerge a pandemia de Covid-19, o que contribuiu para o aprofundamento de outra grande crise do capitalismo contemporâneo, ampliou as desigualdades sociais, aprofundou os ataques contra os direitos conquistados, aumentou o desemprego e a precarização do trabalho. Ademais, exacerbou-se a utilização de tecnologias da comunicação para consecução das atividades laborais a partir do home office ou trabalho remoto. Por certo, a área de educação e o movimento organizado dos trabalhadores desta área não ficaram incólumes a esse cenário. Desde a declaração da pandemia, em março de 2020, várias instituições de ensino tiveram que se adaptar à necessidade de distanciamento social por meios telemáticos, assim como também os sindicatos ligados aos seus servidores, sob pena de colocarem em risco a mobilização de suas bases.

Mudanças tecnológicas na vida e no trabalho, especialmente na esfera da educação, não surgiram durante a pandemia, mas desde então foram sendo mais fortemente empregadas e imputadas a partir do cenário pandêmico, a ponto de constituírem-se em uma forte expressão das transformações estruturais do mundo do trabalho, assim como forjaram novos desafios para os sindicatos. Nesse sentido, tornou-se importante investigar se houve e quais são as formas de resistências coletivas utilizadas por eles, como forma de desnaturalizar o vivido e apreendê-lo em toda sua complexidade para nos apropriarmos criticamente daquelas experiências (HELLER, 1989).

As crises do capitalismo têm se colocado mais amiúde e em conformações estruturais, assim como as estratégias que são forjadas para seu enfrentamento e para sua continuidade tem se tornado mais sutis e sofisticadas, alcançando a subjetividade dos trabalhadores e a sociedade (ALVES, 2000), dentre elas os ataques à última trincheira de resistência coletiva e organizada dos trabalhadores, os sindicatos, ator social fundamental para as conquistas no campo da saúde e da vida dos trabalhadores. A título de ilustração, em 2017 foi aprovada mais um Reforma Trabalhista no Brasil, dessa vez, além de formalizar a precarização das relações de trabalho, investiu contra o financiamento dos sindicatos colocando o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical por parte de trabalhadores e empregadores³.

Fortalecer os sindicatos é uma forma de contribuir com a luta pela vida e pela saúde dos trabalhadores, pois são o freio por excelência da expropriação e exploração da força de trabalho (LAURELL e NORIEGA, 1989), assim como levantam bandeiras outras de caráter sanitário, fundamentais para a sociedade como um todo. Nesse sentido, as pesquisas que o Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade – LEPPTraS têm desenvolvido se direcionam para buscar identificar quais os efeitos do trabalho sobre a saúde e a vida de homens e mulheres, bem como quais são as formas utilizadas pelos trabalhadores para resistir aos ataques e violências que sofre na esfera laboral.

A investigação da qual extraímos alguns achados para escrever o presente artigo, se debruçou sobre um sindicato de profissionais da educação superior pública para identificar se foram desenvolvidas e quais foram as formas e estratégias coletivas de organização e luta utilizadas para manter a resistência coletiva dos trabalhadores contra os ataques que historicamente sofre, mas que foram mais intensas no período pandêmico e pós pandêmico.

³ Mesmo que a contribuição compulsória não fosse um consenso entre os próprios sindicalistas, sua extinção não passou pelo debate e decisão das bases. Foi uma medida imposta pelos governos conservadores que marcaram o país desde o Golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff.

A educação é, necessariamente, um dos vértices do desenvolvimento de um país, e o movimento organizado desses trabalhadores, especialmente os da esfera pública, tem, entre outros pontos de pauta, a luta por uma educação de qualidade, que se soma àquela pela saúde da força de trabalho que sustenta esse espaço. Negligenciar os aspectos relacionados ao movimento organizado desses trabalhadores, é também contribuir para a deterioração da educação, é desmontar a perspectiva de construção de um futuro diferente, é acreditar no fim da história.

Formas e ferramentas de resistência coletiva utilizadas durante a pandemia do covid-19 – resistir é existir

Buscando identificar, sistematizar e analisar se houve e quais foram as formas de resistência coletiva dos trabalhadores da educação superior pública, como forma de contribuir com os sindicatos nos enfrentamentos dos desafios impostos pelo neoliberalismo e agravados a partir da pandemia, buscamos nos debruçar sobre um sindicato de profissionais da educação superior pública, ligado a uma das maiores universidades do país.

Para tanto pesquisamos na página do sindicato na rede mundial de computadores todo material, vídeos e documentos divulgados entre janeiro de 2020 e março de 2022. Realizamos ainda entrevistas com seis ex-dirigentes, que foram sendo indicados a partir da técnica da Bola de Neve (VINUTO, 2014). Os critérios de escolha e exclusão dos participantes foi o fato deles terem sido representantes/dirigentes do sindicato durante o mandato de 2018 a 2022, estando à frente e/ou participando do processo decisório durante as medidas de isolamento e distanciamento social. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, seguiram um roteiro de perguntas abertas e foram precedidas pela leitura e entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Tratou-se de uma pesquisa social de natureza qualitativa e de caráter participativo (MINAYO, 2014) que usou como base teórico-metodológica o referencial materialista histórico-dialético marxista e marxiano, o qual apreende os fenômenos sociais como complexos e compondo uma totalidade social e histórica, não existindo senão na medida em que se vincula ao universal.

Para desvelarmos as particularidades históricas do objeto, qual seja as formas, ferramentas e estratégias coletivas de resistência, realizamos a dialética do cotidiano, pois nos debruçaremos sobre o vivido, todavia é nesse espaço que reside a mediação primária entre o particular e o universal, mas também possui o potencial de limitar e até obstaculizar a percepção do real e da essência daquilo que é experienciado pelos homens. O cotidiano, a partir de suas características de heterogeneidade, espontaneidade, superficialidade extensiva e imediaticidade, (HELLER, 1989), tende a nos impelir à naturalização dos fenômenos sociais e a impedir que façamos a crítica da realidade.

Adotamos o estudo de caso como estratégia, pois entendemos que mesmo sendo utilizado para aprofundar o conhecimento sobre uma determinada realidade particular, as evidências que o estudo produziu, pode nos possibilitar sua extensão a outros casos. O “[...] objetivo é fazer uma análise generalizante e não particularizante [...]” (LIPSET, TROW & COLEMAN, 1956, p. 419-420, in YIN (2001), p. 27).

Os achados parciais demonstram que o sindicato passou por um breve período de choque inicial diante do isolamento imposto: “Primeiro que a gente não tinha, nem ninguém

tinha a proporção do de quanto tempo de como seria? [...] E aí começou um processo de como a gente e se organizava?” (Entrevistado 2); mas rapidamente tiveram que vencer esse impacto, pois os ataques que sofriam do Governo Federal se intensificaram, pondo em risco as necessidades materiais básicas dos servidores. “Foi um susto para nós, né? [...] de 1 hora para outra, literalmente de 1 dia para o outro. Nós tivemos que construir políticas que nos fizesse continuar funcionando. [...] entrar na defesa dos sindicalizados, dos funcionários e na defesa e na proteção dos trabalhadores do sindicato.” (Entrevistada 3).

Diversas reuniões remotas entre os dirigentes e com atores institucionais foram realizadas, pois era uma instituição de pesquisa, ensino e extensão, ou seja, produzia conhecimento e ciência. Buscaram interlocução para pautar as ações que viessem a executar e assim como buscaram participar levando proposições “[...] começamos a construir alternativas e com muito diálogo com a instituição, a gente buscou muito diálogo com a instituição [...]” pois manter-se ativo e atuante “Exigia uma responsabilidade imensa. Nós tínhamos que conversar com todo mundo e acho que a parceria com a universidade foi muito importante [...]” (Entrevistada 3).

As ideias foram surgindo, entre elas a proposição de protestos usando as redes sociais pelo mês do trabalhador já que todos estavam presos em suas casas, com exceção dos considerados essenciais.



FOTO 3: SINTUFRJ. Chamada mobilização nas redes sociais. 2020
(Fonte: SINTUFRJ, 2020)

O grupo de dirigentes que estavam à frente do sindicato já fazia uso de tecnologias de informação antes da decretação da pandemia. Usavam-na pontualmente para comunicação entre eles através das mensagens eletrônicas ou uso de aplicativo de mensagens instantâneas. Para a comunicação com sua base e o público em geral, o sindicato possuía uma página na rede mundial de computadores, onde divulgava semanalmente seu informativo, mas sua principal forma de comunicação era o jornal impresso, distribuído em todos os campi semanalmente.

Na mobilização, debates coletivos, atendimentos e manifestações coletivas utilizavam formas as clássicas e presenciais, assim como nas reuniões e nas assembleias que também ocorriam de forma presencial, ou ainda nas passeatas, panfletagens, todas contando com a presença física das pessoas.

A partir pandemia do covid-19, criaram um grupo de trabalho para pensar alternativas, ferramentas e estratégias para resistir e manifestar-se, mas não só, também para falar com sua base e com os servidores e trabalhadores em geral, apoiá-los nesse momento que se mostrava tão desafiador para todos e todas e no qual sabiam que muitos estariam vulneráveis.

Entre as estratégias e ferramentas utilizadas houve uma chamada geral para que em um determinado dia e horário, todos os trabalhadores e servidores desligassem seus computadores em protesto aos ataques contra os direitos adquiridos; lançaram mão de projeção em prédios públicos com mensagens contra a forma como Governos Federal, de postura anti-ciência e estritamente econômica conduzia o país na pandemia, assim como colocaram painéis de LED em caminhões rodando pela cidade. Promoveu uma carreata, que manteve a distância entre pessoas que não coabitavam, mas foram às ruas mostrar-se e posicionarem-se politicamente. Usaram as redes sociais para denunciar as mortes de servidores pela covid-19 e ao mesmo tempo fazer uma homenagem a eles:



FOTO 4: SINTUFRJ. Homenagem aos servidores mortos na Pandemia. 2020
(Fonte: SINTURJ)

No tocante ao uso de ferramentas tecnológicas para a comunicação, como plataformas digitais, redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas foram utilizados para manter o atendimento, o acolhimento dos trabalhadores, assim como para a realização das assembleias remotas, nas quais se registrou um quantitativo de adesão e participação muito superior a que ocorriam de forma presencial antes da pandemia, disseram nas entrevistas. “As pessoas iam para a reunião, independente de serem sindicalizados, [...] O grau de participação aumentou muito [...] Algumas unidades que nós nunca tínhamos entrado [...]”. (Entrevistada 3)

Os dirigentes mostraram que foram capazes de, coletivamente, buscar e utilizar ferramentas tecnológicas, assim como forjaram estratégias de resistência como representantes do coletivo de trabalhadores. Enfrentaram desafios que tiveram que superar, como a dificuldade que alguns trabalhadores tinham de acesso à internet, o desconhecimento e/ou a resistência de outros no uso das ferramentas tecnológicas.

De acordo com as falas colhidas até o momento, os problemas foram, em sua maioria, superados com adaptações, assessorias e até cursos de inclusão tecnológica que passaram a ser oferecidos. Muitas das ferramentas adotadas acabaram por se incorporar ao cotidiano do sindicato no período pós-pandemia, tanto para as questões políticas, como para os serviços assistenciais que presta, como oferta de cursos à distância para os sindicalizados, por exemplo.

O uso de tecnologias, especialmente das plataformas digitais é um debate cada vez mais acalorado pelo mundo e que requer muita discussão com a participação de todos os setores da sociedade, mas é uma realidade que vem se impondo à sociedade moderna, desde a primeira máquina, ainda no século XIX, da qual não podemos fugir, mas podemos tentar usá-la para a construção e fortalecimento da resistência e da contra-hegemonia. Zuboff (2018) e Constantiou e Kallinikos (apud ZUBOFF, 2018), afirmam que o século XXI é marcado pelo capitalismo de vigilância, onde o papel das tecnologias é de melhorar o fluxo

de informação, mas também podem ser utilizadas para exercer um maior controle sobre as pessoas ou para romper as barreiras físicas do trabalho, extensificando o tempo a ser dedicado a ele e exponenciando o lucro, assim como também podem contribuir para criar confusão entre as divisões institucionais e sociais tradicionais, colocando a todos em risco.

No capitalismo de vigilância, os trabalhadores e usuários das redes tecnológicas são obrigados a alimentar a *Big Data* – esta grande rede de dados estruturados e não estruturados – para gerar informações que vão ser disseminadas, sem a possibilidade de rastreamento ou interceptação por parte das organizações políticas da classe trabalhadora. Essa produção coletiva de info-dados não pertence aos usuários, nem aos trabalhadores, mas às empresas como Google, Facebook, Instagram, Youtube, PayPal, Apple, Amazon, Microsoft, entre outras, que argumentam que a coleta e a análise são realizadas para aprimorar seus serviços, contudo a falta de publicidade e transparência, demonstram o contrário – a crescente venda dessas informações para terceiros sem monitoramento das agências governamentais (SHOSHANA, 2019).

Os empregadores também se apropriam dessas informações por meio da Inteligência Artificial (IA). Na medida em que os usuários dessas plataformas preenchem cadastros, fazem compras, compartilham interesses, acessam conteúdos e compõem determinados grupos nas redes sociais, os algoritmos capturam os perfis, os interesses, a condição monetária para repassar essas informações para os anunciantes, que pagam por isso. Esse processo ocorre a partir da captura de energia dispendida pela classe trabalhadora que acessa as plataformas e fornece seus dados às redes, que são monetizadas a partir do lucro para os anunciantes, os quais não compartilham as receitas com os usuários que alimentaram os aplicativos. Apenas os criadores de conteúdo digital recebem proventos, ou seja, nesse decurso, seu trabalho também se transforma em trabalho não pago.

A rápida circulação de conteúdos digitais monetizados, em sociedades com pouca tradição democrática, produziu um solo fértil para a publicação de inverdades fundadas em juízos de valor que incita o cometimento de violências diversas, como por exemplo, o racismo, a misoginia, a lgbtqiap+fobia e o assédio moral, ao mesmo tempo que cria nichos de consumo para anunciantes que não dialogam com as reais necessidades dos trabalhadores.

Durante a pandemia da Covid-19, a proliferação de notícias falsas, também chamadas de *fake news*, sobre o contágio, o tratamento e o uso de vacinas concorreu como fator contribuinte com a letalidade e capacidade de contágio do vírus, o uso de remédios inapropriados e “soluções caseiras” foram difundidas como uma possível solução, ao passo que eram anunciados a venda de elixires milagrosos, que iam desde vitaminas, chás, pomadas, remédios para verminose, escabiose e tratamento de lúpus que não tinham indicação da OMS, que inclusive emitiu uma declaração de combate à propagação infodêmica, em 27 de julho de 2020. Werneck et al (2021), indica que podia-se reduzir de 15% a 38% a taxa de contaminação diária, o que poderia ter evitado mais mortes.

A produção e reprodução em massa de notícias imprecisas e sem validade científica, inclusive por políticos do Poder Legislativo brasileiros, que escolheram o caminho do negacionismo, ocasionou campanhas de resistência ao processo de vacinação, a polarização da classe trabalhadora em apoiadores e não apoiadores, que somada ao descaso das autoridades governamentais em todos os seus níveis, municipal, estadual e federal, ocasionou a morte prematura de trabalhadores e trabalhadoras em geral, e de negras e negros, em

particular, como aponta o artigo intitulado “Óbitos de médicos e da equipe de enfermagem por covid-19 no Brasil: uma abordagem sociológica” (MACHADO et al., 2023).

Matos (2021) aponta que o setor de saúde foi o mais atingido pela pandemia, uma vez que os trabalhadores do SUS, considerados essenciais, assumiram as trincheiras de combate ao vírus e ainda tiveram que enfrentar a desinformação gerada pelas mídias sociais que levou ao contágio em massa, à inação dos governantes e à letargia na aquisição dos imunizantes, tudo isto com um número insuficiente de recursos humanos frente ao volume de atendimentos, à precarização e escassez de materiais, com a intensificação da jornada de trabalho e contratações mediatizadas por regimes de trabalho precários, o que favoreceu ainda mais as práticas de assédio moral e outras violências laborais.

Ao mesmo tempo, outros autores, como Parra (2018) e Sancho (2018) nos mostram que as tecnologias de informação podem ser usadas para vocalizar aqueles que foram silenciados, dando-lhes voz para que se conectem com outros, até em escala global e possam influenciar pessoas; fazem com que informações cheguem àqueles que estão longe geograficamente; podem difundir informações e dados que não estejam nos canais e bancos de dados oficiais, ou ainda permitem que aprendam algo novo que só poderiam saber se integrassem as instituições formais de ensino, por exemplo, democratizando o acesso ao conhecimento e às informações, demonstrando na prática o permanente processo do movimento dialético do real, no qual a tese, vira antítese que se transforma em síntese e depois em tese, novamente e assim ao infinito.

Rouvroy e Berns (2018) mostram o papel das tecnologias na publicização e amplificação de movimentos contestatórios e de denúncia que emergiram nos últimos anos, como o da morte de George Floyd em 2020, “, nos EUA, gravado com um celular e divulgado nas redes sociais em escala global que se tornou o movimento mundial chamado de “Black lives in matter”. No Brasil, em 2022 o caso de Genivaldo de Jesus Santos, que foi gravado, também com o uso de um celular, sendo jogado e asfixiado por agentes da Polícia Rodoviária Federal – PRF. Essa gravação se tornou uma peça acusatória da conduta arbitrária e violenta daqueles e iniciou um movimento nacional de protesto contra a forma violenta com que as forças de segurança pública estavam atuando junto aos mais pobres e vulneráveis no Brasil.

Ao mesmo tempo, esses mesmos autores (ROUVROY e BERNS, 2018) nos alertam que é preciso estar atento, pois o uso de tecnologias sem critérios, pode aprofundar questões estruturais como o racismo que pode estar implicado no uso de tecnologias para reconhecimento facial e identificação de criminosos, por exemplo. Como também nos alerta SILVA (2019), ao advertir que os algoritmos podem ser utilizados para a reprodução de estereótipos racistas e discriminatórios, por meio da predileção de perfis raciais que alimentam a nuvem de dados do sistema computacional, operacionalizados nas repartições públicas e empresas privadas de segurança.

Desse modo, é importante que as organizações políticas da classe trabalhadora, como os sindicatos, as frentes antirracistas e os movimentos sociais de cunho crítico e emancipatório fiquem vigilantes quanto ao uso, a importância e as limitações das tecnologias da informação e da comunicação, assim como da Inteligência Artificial na vida e no mundo do trabalho, pois podem contribuir para perpetuar e aprofundar as desigualdades e vulnerabilidades sociais, como o racismo algoritmo (SILVA, 2019) na sociedade brasileira.

Conclusão

A saúde do trabalhador, a despeito de ainda ser um campo em disputa e ainda em aberto, desde o início do século XX, com a fundação da OIT, reconhece a relação entre trabalho e saúde. Já os sindicatos, desde o reconhecimento de classe para si, são considerados como um protagonista na correlação de forças e no cenário de luta e disputa do capital com o trabalho. O Brasil, a despeito de ter desenvolvido um capitalismo tardio, periférico e dependente, em função da luta da classe trabalhadora, teve um movimento importante de atuação dos sindicatos em diversos momentos históricos de conquistas de direitos políticos, sociais e trabalhistas, como no período de democratização e redemocratização, na Assembleia Constituinte, entre outros.

Tanto os sindicatos, quanto o campo da saúde do trabalhador, convergem pela defesa dos direitos da classe trabalhadora, ou da que vive do trabalho (ANTUNES, 2009) a ter um trabalho digno e decente, mesmo que inserido no modo de produção capitalista (LAURELL e NORIEGA, 1989).

Iamamoto (1982) e Netto (1996) afirmam que a “questão social” é inerente ao modo de produção capitalista e que o serviço social, enquanto especialização da divisão sociotécnica do trabalho, a despeito de ter emergido com a responsabilidade de auxiliar no controle da ordem, na construção do consenso e na criação de novos e diferentes mecanismos de domínio, além de refuncionalizar os já existentes, desde o processo de erosão do serviço social tradicional e da emergência do movimento de intenção de ruptura, têm, hegemonicamente, buscado aliar-se à classe trabalhadora. Fortalecer os trabalhadores na luta de classes que se expressa no cotidiano da vida social, acaba por forjar ambas as áreas, saúde do trabalhador e movimentos sociais organizados como espaços sócio-ocupacionais do serviço social, nos quais podemos materializar o Projeto ético político profissional, que defende, entre outras bandeiras, a ampliação e a consolidação da cidadania das classes trabalhadoras (NETTO, 1999), assim como o robustecimento do seu movimento coletivo organizado. É nesta esfera que se inscreve o presente artigo, que publiciza parte de um estudo que buscou identificar e difundir as estratégias e ferramentas utilizadas por um sindicato em um dos momentos mais desafiadores de suas histórias e da história mundial.

Ademais, a investigação pode ainda forjar mais conhecimentos acerca das resistências coletivas que possam ser agregados à formação de novos assistentes sociais, os quais devem desenvolver um perfil capaz para apreender criticamente os processos sociais, se inserirem de forma criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (BRAVO e MATOS, 2006). Nesse sentido agregar o estudo e o próprio uso de tecnologias, sob um prisma crítico, seja no processo de aprendizado ou no trabalho profissional, para buscar informações, facilitar mobilizações, favorecer conexões, e ainda ser para fins políticos de resistência e construção da contra-hegemonia, como mostram Sancho (2018) e Parra (2018), pode ser uma das saídas do projeto emancipatório. As ferramentas tecnológicas podem estar despontando no cenário de oposição ao capitalismo como elemento alternativo e promissor, mesmo seu uso não estando ainda consolidado e modelado para tal.

Referências

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde; 17-21 Mar. 1986; Brasília, DF: *Centro de Documentação do Ministério da Saúde*, 1987.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro de. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: &Letras, 2006.
- BRUNO, Fernanda et al. *Tecnopolíticas da Vigilância*. São Paulo. Ed. Boitempo, 2018.
- CANGUILLEM, George. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1978.
- GUARANY, Alzira M. B. *Trabalhadores resistindo ao sofrimento no trabalho. O que está implicado nesta resistência? Estudo de casos de equipes de servidores de bibliotecas em uma universidade pública*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. ESS/UFRJ, 2007.
- GUARANY, Alzira M. B. Nova morfologia do trabalho, crise do sindicalismo e emancipação humana na contemporaneidade. Brasília: *Revista SER Social*, v. 18, n. 38, p. 220-241, jan-jun./2016.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IAMAMOTO, Marilda V. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- LAURELL, A. C. E NORIEGA, M. *Processo de produção e saúde trabalho: e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MACHADO, Maria Helena et al. Óbitos de médicos e da equipe de enfermagem por COVID-19 no Brasil: uma abordagem sociológica. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. v. 28, n. 2. pp. 405-419.
- MATOS, M. O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da COVID-19. *Revista Unitins*, 2021
- MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Ed. Hucitec Editora, 2014.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço social I: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, José Paulo. *A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

PARRA, Henrique Z. M. Experiências com tecnoativistas: resistência na política do individual? In: *Tecnopolíticas da Vigilância*. BRUNO, Fernanda et al. São Paulo. Ed. Boitempo, 2018.

ROUVROY, Antoinette e BERNS, Thomas. Governamentabilidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? In: SANCHO, Guimar R. Multidões conectadas e movimentos sociais: dos zapatistas e do hackativismo à tomada das ruas e redes. In BRUNO, Fernanda et al. *Tecnopolíticas da Vigilância*. São Paulo. Ed. Boitempo, 2018.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. *Além da fábrica*. São Paulo: Boitempo, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.

SHOSHANA Zuboff. *Capitalismo de Vigilância*. Direção: Roland Duong. Produção: Marie Schutgens. Roteiro: Tom Reijner, Halil Ibrahim Özpamuk. [S. l.]: VPRO Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hIXhnWUmMvw> . Documentary, 2019. Acesso em: 20 abr. 2023.

SILVA, Tarcízio. *Linha do Tempo do Racismo Algorítmico*. Blog do Tarcízio Silva, 2019. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/racismo-algoritmico--nao-e- apenas-sobre-engajamento-nas-redes-sociais/> . Acesso em: 31 abr. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 22, 2014.

WERNECK, Guilherme Loureiro et al. *Mortes evitáveis por covid-19 no Brasil*. RJ: Junho, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://idec.org.br/sites/default/files/mortes_evitaveis_por_covid-19_no_brasil_para_internet_1.pdf. Acesso em 15 abr. 2023.